

## MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE): TERCEIRA VIA COMO LEGITIMAÇÃO SOCIAL

*Vinicius de Oliveira Bezerra*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

**Resumo:** Neste trabalho objetivou-se analisar os pressupostos do neoliberalismo da Terceira Via, idealizado principalmente por Anthony Giddens, nos primeiros documentos produzidos pelo Movimento Todos pela Educação (TPE), denominados Rumo a 2022 e Compromisso Todos pela Educação. Foi possível mostrar que os empresários se valeram do ideário revisionista da Terceira Via (particularmente da corresponsabilidade social entre Estado, mercado e sociedade civil) para justificarem sua atuação na definição das políticas educacionais. Por outro lado, autores críticos do processo chamam a atenção para a falência do discurso mistificador de harmonia social da Terceira Via, bem seu papel ideológico no processo de minimização das oposições às reformas neoliberais.

**Palavras chave:** Empresários. Movimento Todos pela Educação. Terceira Via.

### Introdução<sup>1</sup>

O Movimento Todos Pela Educação (TPE), fundado em 2006, se autodenomina como uma organização da sociedade civil brasileira que tem como missão contribuir para que até o ano de 2022, bicentenário da independência do Brasil, todas as crianças e jovens do país tenham assegurado seu direito à educação básica de *qualidade* (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012). O TPE é formado majoritariamente por empresários do ramo industrial e financeiro nacional<sup>2</sup>, e, segundo a organização, sua ação pretende influenciar as políticas públicas visando o avanço, de acordo com seus pressupostos, da educação básica brasileira.

O TPE justifica sua atuação mediante a necessidade de corresponsabilidade entre os setores sociais (Estado, mercado e organizações sociais), em busca da *qualidade* da educação,

<sup>1</sup> O presente artigo foi resultado das reflexões iniciadas no Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da UFMS, e posteriormente aprofundadas na disciplina “Tópicos Especiais em Políticas da Educação”, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS (PPGEdu), sendo apresentado como trabalho final da disciplina.

<sup>2</sup> Constituem o TPE: DPaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Natura, Gol, Instituto Votorantim, Grupo ABC, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Victor Civita, McKinsey & Company, Instituto Paulo Montenegro, Instituto HSBC, Canal Futura, Saraiva, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Patri Políticas Públicas, Luzio Strategy Group, Itaú Cultural, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Disponível em: <<https://goo.gl/84qBcb>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

que para ser alcançada deve ser traduzida em indicadores mensuráveis, obtidos por meio de avaliações externas.

O Todos Pela Educação não é um projeto de uma organização específica, mas sim um **projeto de nação**. É uma união de esforços em que cada cidadão ou instituição é corresponsável e se mobiliza, em sua área, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de qualidade. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2009, p.9, grifo nosso).

Tendo em vista o protagonismo que esse movimento empresarial conquistou no contexto de definição das políticas educacionais<sup>3</sup>, bem como as justificativas levantadas para legitimar sua atuação, o presente artigo objetiva analisar os pressupostos da Terceira Via, idealizada principalmente por Anthony Giddens, nos primeiros documentos do Movimento Todos pela Educação, denominados *Rumo a 2022* e *Compromisso Todos pela Educação*.

Este artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, será exposta uma contextualização sobre o momento histórico no qual a Terceira Via e o TPE surgiram; em seguida, tratar-se-á dos resultados da análise documental, da qual a crítica se baseia nos escritos de István Mészáros, Ricardo Antunes, Luiz Carlos de Freitas, Vera Peroni, entre outros autores.

## Contextualização

Para compreender o contexto histórico em que se dá o surgimento do Movimento Todos pela Educação (TPE) é preciso considerar dinâmicas internas e externas que se conformam no Brasil na passagem para o século XXI. Segundo Martins (2013), o alargamento dos espaços de atuação do mercado, por meio das reformas empreendidas a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), assim como a aproximação entre setores empresariais e o governo Lula da Silva (PT), malgrado às recomendações de organismos internacionais, viabiliza a mobilização de grupos empresariais para a reestruturação da educação pública brasileira.

<sup>3</sup> Leher e Evangelista (2012) identificaram que o TPE influenciou diretamente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (levando o nome da organização). Isso se deve à relação orgânica que o TPE possuía com o Governo Lula da Silva (PT), que, inclusive, teve como um de seus sócios fundadores o então ministro da Educação Fernando Haddad (PT). Posteriormente, o TPE continuou disputando as políticas educacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (PERONI; CAETANO, 2015).

Após a crise econômica mundial dos anos 1970, refletindo o esgotamento das condições de reprodução do capital baseada no modelo de *Welfare State*<sup>4</sup>, o receituário neoliberal passa a ser colocado como solução para a saída da crise e retomada do crescimento econômico.

Segundo Anderson (1995, p.9), o neoliberalismo, enquanto fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX, surge após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando-se como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O texto de origem da doutrina neoliberal foi “O caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, no qual se argumenta, em linhas gerais, que qualquer tipo de mecanismo regulatório por parte do Estado seria uma ameaça à liberdade econômica e política dos cidadãos.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1995, p. 2).

Conforme esclarece Paniago (2012, p.64), na perspectiva neoliberal, o Estado passa a ser considerado o responsável pela eclosão da crise, devido seu envolvimento demasiado com os gastos sociais e intervenção econômica. Por conseguinte, ganha ressonância a proposta de redução do Estado nas suas funções econômicas e sociais, cedendo seu lugar para a atuação do mercado – o chamado *Estado mínimo*.

Como tentativa de superação da crise econômica mundial, os países centrais – primeiramente Inglaterra e EUA –, a partir dos anos 1980, passaram a colocar em prática os pressupostos neoliberais; já os países periféricos<sup>5</sup> adotaram tal modelo a partir dos 1990. De forma geral, entre as medidas adotadas pelos Estados, podem ser destacadas: as privatizações das empresas estatais e serviços públicos em geral; transferência de funções públicas para

<sup>4</sup> Também chamado de Estado de Bem-estar Social, possui como inspiração principal os escritos do economista John Maynard Keynes (Keynesianismo). Este modelo de gerência do capitalismo foi uma estratégia de recuperação do sistema econômico impulsionado pela crise dos anos 1920-1930, que levou à Segunda Guerra Mundial. Baseia-se, de forma geral, no intervencionismo estatal na economia, “[...] através do estímulo ao investimento estatal direto, incentivo ao crescimento dos mercados de consumo, juntamente ao auxílio decisivo dado à reprodução da força de trabalho, com as políticas sociais de pretensão caráter distributivista” (PANIAGO, 2012, p.69).

<sup>5</sup> Exceção para o Chile, que foi o primeiro país da América Latina a adotar os princípios neoliberais, durante a ditadura militar dos anos 1970.

setores públicos não estatais; reforma da previdência, tributária, administrativa, educacional, trabalhista/sindical. (PANIAGO, 2012, p.67).

Assim, mediante a implementação do receituário neoliberal, ocorreram alterações nas funções do Estado, com este repassando para o mercado a responsabilidade da execução das políticas sociais, privatizando os serviços públicos outrora garantidos pelo *welfare state*.

Todavia, posteriormente, com o esgotamento do neoliberalismo de Margaret Thatcher na Inglaterra, surge a proposta da denominada Terceira Via, como uma alternativa do Novo Trabalhismo Inglês à antiga social-democracia e ao neoliberalismo.

Para seus ideólogos, em particular Anthony Giddens, enquanto no neoliberalismo o Estado repassa para o mercado a responsabilidade pela execução das políticas sociais, na Terceira Via, serão organizações da *sociedade civil* sem fins lucrativos que, por meio de parcerias com o setor público, executarão essas políticas.

O Estado continua a ter um papel fundamental na vida econômica, bem como em outras áreas. Ele não pode substituir os mercados nem a sociedade civil, mas precisa intervir em cada um deles. O governo deve tentar criar a estabilidade econômica, promover o investimento em educação e infraestrutura, refrear a desigualdade e garantir oportunidades para a realização pessoal dos indivíduos (GIDDENS, 2001, p. 166).

Dentro dessa perspectiva ocorre a proliferação de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), institutos e fundações de responsabilidade social empresarial/corporativa e de voluntariado, que integram o denominado “Terceiro setor”, composto, em tese, por agentes privados que almejam fins públicos. Dessa forma, na concepção dos apologistas da Terceira Via, todos os segmentos sociais são corresponsáveis pelas políticas sociais, podendo ser exercidas simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas organizações da sociedade civil.

De acordo com Neves (2005), a Terceira Via se constitui em um revisionismo da teoria neoliberal, operando como um programa político específico para a implementação do neoliberalismo. Sendo assim, a autora utiliza o conceito de *neoliberalismo da Terceira Via*.

De acordo com a autora supracitada, receituário neoliberal da Terceira Via é aplicado no Brasil em três etapas. A primeira iniciou-se na metade inicial da década de 1990 e se encerrou com a implementação do Plano Real. Essa conjuntura caracterizou-se mais nitidamente como uma etapa de ajuste econômico, com o Estado brasileiro seguindo as diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países periféricos.

A segunda etapa assinalada por Neves (2005) ocorreu durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), nos quais foi prioridade a reestruturação do Estado nas suas funções econômicas e ético-políticas. Além das privatizações, na área social, houve a implementação de novas formas de articulação entre aparelhagem estatal e sociedade civil. Desse modo, sob os ideais da Terceira Via, concebeu-se que o Estado deveria passar a dividir ou transferir as responsabilidades do oferecimento de serviços sociais com o setor produtivo (empresas) e organizações da sociedade civil (ONGs, institutos e fundações empresariais/corporativas, voluntariado, etc.), implementando a terceirização de serviços e/ou parcerias público-privadas em diversas áreas sociais. Nessa esteira, ajustou-se o arcabouço jurídico nacional, por meio da Lei das Organizações sociais (OS) e da Lei do Voluntariado, ambas em 1998, assim como a Lei nº 9.790/99, que cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

A terceira etapa de efetivação do projeto neoliberal iniciou-se em 2003 com a vitória de Lula da Silva (PT) para a Presidência da República. Segundo Neves (2005, p.95), no plano social, sem romper com seu antecessor, o governo Lula manteve a parceria com o chamado setor privado na prestação de serviços sociais, mediante investimentos das empresas consideradas “socialmente responsáveis”. Em seu plano de governo para o primeiro mandato, Lula da Silva admite a importância de parcerias com o setor privado e com o Terceiro Setor:

A imensa dívida social acumulada ao longo da história do País pode ser saldada também com a ajuda de milhares de organizações que fazem parte do chamado Terceiro Setor e dos investimentos sociais das empresas socialmente responsáveis. Os recursos do governo e da sociedade devem ser mobilizados de forma articulada, eficiente e produtiva em torno das grandes prioridades do nosso governo: a promoção da justiça social, a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e trabalho (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 41).

Assim, a mobilização de setores do empresariado nacional em torno da educação pública se relaciona com as transformações do capitalismo em nível mundial, que a partir da implantação do neoliberalismo da Terceira Via desresponsabiliza o Estado na garantia das políticas sociais, incluindo a educação, ajustando-se, portanto, o arcabouço legal para a atuação do setor privado (MARTINS, 2013).

## Legitimação social do TPE: Terceira Via em questão

O Movimento Todos pela Educação (TPE) entende que no contexto de um mundo em intensas transformações (globalização), o conhecimento se torna fator primordial para o desenvolvimento econômico e social. Segundo o TPE, se antes a educação servia para a ascensão social, atualmente ela seria condição para a inclusão, em um contexto de reestruturação produtiva em nível global:

Sem educação básica, as pessoas serão cada vez mais postas de lado, deixadas para trás, abandonadas. Por que isso ocorre? Sem dúvida alguma, a razão disso é o fato de a civilização humana estar ingressando em uma nova etapa de seu desenvolvimento. A economia está cada vez mais globalizada, as fronteiras econômicas, a cada dia, vão perdendo o significado e a função que tiveram ao longo de séculos. O sistema produtivo rapidamente caminha para a era pós-industrial (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 17).

Por consequência, o TPE defende que é dever de todos os setores da sociedade se sentirem responsabilizados e, dentro de suas possibilidades, atuarem para a melhoria da *qualidade* da educação:

Os pais, os alunos, os professores, os diretores, os técnicos e os funcionários das escolas, as lideranças públicas, empresariais, trabalhistas, religiosas e comunitárias, os comunicadores e formadores de opinião, enfim, todos nós devemos nos envolver nessa causa. Ninguém pode ficar indiferente. Ninguém pode ficar de fora. Todos nós estamos convocados a descruzar os braços por uma escola melhor e procurar conhecer melhor o que se passa com as crianças que estão fora da escola ou que não estejam conseguindo êxito nos estudos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 6).

Essa convocação vai ao encontro dos pressupostos da Terceira Via, de que o Governo e o mercado não são capazes, por si só, de responder aos desafios do mundo globalizado. Sendo assim, Giddens (2005, p. 441) ressalta a necessidade de fortalecer o que o autor entende por “sociedade civil”:

A sociedade civil – esfera fora do mercado e do Estado – tem de ser fortalecida e conjugada com os governos e os negócios. Os grupos de voluntários, as famílias e as associações cívicas podem assumir papéis importantes no tratamento de assuntos comunitários, do crime à educação.

Portanto, é sob o signo da corresponsabilidade social (Estado, mercado e *sociedade civil*) que os empresários organizados justificam sua intervenção nos rumos da educação pública. Não defendem que o mercado oferte a totalidade dos serviços educacionais (à moda dos neoliberais), mas admitem a atuação do Estado, desde que articulado com o mercado, se aproximando dos pressupostos da Terceira Via:

Nada se constrói sobre as fraquezas e sombras, mas, sobre as forças e luzes, que cada um desses grandes segmentos podem e devem agregar ao esforço de mobilização social pela educação. O Estado tem o dever e a obrigação de ser o detentor dos fins universais (atender a todos). O mundo empresarial destaca-se pela sua capacidade de fazer acontecer (lógica dos meios) com eficiência, eficácia e efetividade. As Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) caracterizam-se pela sua sensibilidade, criatividade e espírito de luta. (COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p.7).

Dentro dessa perspectiva de corresponsabilidade, o TPE coloca como agenda principal a *qualidade da educação*. Segundo os parâmetros da organização, a *qualidade* se refere ao aprendizado. Posto de outra forma, um ensino de qualidade seria aquele no qual os alunos aprendem o que eles devem aprender. Como consequência, seria necessário traduzir o aprendizado em metas e indicadores obtidos mediante avaliações externas, tendo em vista estabelecer e aferir o que é ou não qualidade na educação:

Assim, para pensarmos em qualidade da educação, precisamos pensar também em avaliação. E, se a escola existe para ensinar, a avaliação capaz de dizer se a escola é boa ou ruim é aquela que nos mostra se os alunos estão ou não aprendendo. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 22).

Nessa perspectiva, ao professor cabe a função de fazer com que os alunos aprendam, tendo o direito de se sentir responsável e de ser responsabilizado pelo desempenho de sua turma, assim como o dever de alcançar metas de desempenho com oportunidades de aperfeiçoamento. Na acepção da organização,

[...] valorizar o professor é apoiá-lo para que alcance metas de desempenho crescentes, a cada ano. Qual foi o índice de aprovação de sua turma no ano passado? Como podemos melhorar esse índice nesse ano? Qual o tipo de suporte que o professor necessita no seu dia a dia para que possa superar seu desempenho até então e alcançar resultados melhores a cada ano? (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 26).

Além disso, no que tange às famílias, trata-se de torna-las consumidores exigentes da *mercadoria educação*, que acompanham, fiscalizam e cobram *qualidade* no serviço adquirido:

Ainda é muito comum, principalmente entre as pessoas das classes sociais menos privilegiadas, a ideia de que a educação é uma dádiva, uma concessão, um privilégio dado pelo Governo. [...] Nas escolas particulares, os pais e os alunos agem como consumidores. Pensam: “estou pagando, posso exigir qualidade”. Na escola pública, principalmente nas frequentadas pelos segmentos da população economicamente mais frágeis e vulneráveis, isto não ocorre porque essa exigência é vista como uma demonstração de ingratidão e de desrespeito para com as autoridades (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 7).

Se trata, como afirma Peroni (2012), de inserir a lógica do mercado na oferta dos serviços oferecidos pelo Estado, no caso, a educação pública. Como declara Giddens (2005, p. 441), ante ao mundo globalizado, os cidadãos necessitam de um Estado eficiente, dessa maneira “[...] as formas dinâmicas de gestão e administração, como as existentes no setor empresarial, podem funcionar com o governo na defesa e revitalização da esfera pública”.

Dentro dessa perspectiva, Saviani (2007, p. 1252- 1253) indica que as teorias que sustentam o projeto educacional do Movimento Todos pela Educação pautam-se no que pode ser classificado como “pedagogia dos resultados” ou “pedagogia das competências”:

[...] a lógica que embasa a proposta do “Compromisso Todos pela Educação” pode ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”: o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável.

Compreende-se que as características do TPE são convergentes com os chamados “reformadores empresariais”, conforme denominação de Freitas (2012, p.380)<sup>6</sup>. Segundo o autor, os reformadores empresariais refletem uma coalizão entre políticos, mídia, empresas educacionais, institutos, fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é a proposta mais adequada para resolver os problemas educacionais.

Há, portanto, conforme observa Freitas (2014, p.51), uma disputa entre os reformadores empresariais e os educadores profissionais pelo conceito de “educação de qualidade” e, conseqüentemente, pelos métodos de formação da juventude:

O conflito que aparece entre educadores profissionais e os empresários diz respeito ao que se entende por uma boa educação: para os empresários é saber ler, escrever, contar e algumas competências mais que estão sendo esperadas na porta da fábrica, medidas em um teste padronizado. [...] Os educadores querem uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público. Como tal, não pode ser entregue ao controle de um setor da sociedade, os empresários. Isso não é democrático – mesmo no quadro de dificuldades pelas quais passa a escola pública. (FREITAS, 2014, p. 50-51)

<sup>6</sup> O termo “reformadores empresariais” empregado por Freitas (2012) é baseado no termo *corporate reformers*, criado pela pesquisadora estadunidense Diane Ravitch.



De acordo com István Mészáros (2002, p. 24), as “soluções” da Terceira Via para contornar a crise estrutural<sup>7</sup> do capital se mostraram inócuas, representando uma “[...] profunda crise de legitimidade do modo estabelecido de reprodução sociometabólica e de sua estrutura geral de controle político”.

Na concepção de Peroni (2012), o neoliberalismo e a Terceira Via são estratégias do capital para a superação de sua crise estrutural, a partir da redefinição do papel do Estado. Segundo a autora, ambos partilham do diagnóstico de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado, que se envolveu demasiado com gastos sociais e com a intervenção econômica. Portanto, na concepção de seus apologistas, cabe ao mercado superar suas próprias falhas, seja por meio da minimização do Estado, privatizando e tendo o mercado como modelo para a gestão pública, na concepção neoliberal; ou mediante a reforma do Estado, tendo como parâmetro a qualidade do mercado, conforme a ótica da Terceira Via.

Assim, tanto o neoliberalismo quanto a Terceira Via defendem a gestão gerencial como parâmetro para a gestão pública, o que pode ser observado nos documentos do TPE. Conforme análise de Antunes (1999), a Terceira Via preserva o que é de fundamental no neoliberalismo, conferindo um frágil verniz democrático mediante defesa do fortalecimento da democracia, das organizações da sociedade civil, etc.

Em conformidade no essencial com os valores do capitalismo da “era da modernidade”, o *abrandamento* discursivo e a *ambiguidade* do ideário da Terceira Via [...] são condicionantes que o capitalismo *assimilou* e mesmo *moldou*, condição para continuar mantendo a sua pragmática, dado o esgotamento da sua variante neoliberal clássica no Reino Unido depois de quase vinte anos de vigência (ANTUNES, 1999, p. 99, grifos do autor).

Os esforços dos ideólogos da Terceira Via em mostrar a sociedade civil ou o denominado “Terceiro Setor” como entes autônomos e democráticos, camufla os interesses de classe no âmbito do Estado. Nesse sentido, Montañó (2002, p.7) afirma que o “Terceiro setor” também opera ideologicamente na minimização das oposições às reformas neoliberais, pois “compensa” ou “substitui” as atividades sociais precarizadas ou eliminadas da responsabilidade do Estado.

Desta forma, o “terceiro setor”, instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado; assim, não só reduz os impactos negativos ao sistema do aumento do desemprego como também torna as respostas à

<sup>7</sup> Para o autor, no atual estágio do capitalismo, não existem mais políticas para remediar os efeitos das crises econômicas, como foi em momentos anteriores. A crise estrutural seria o esgotamento do capitalismo enquanto sistema sociometabólico, tornando-o cada vez mais destrutor da natureza e da vida humana.

“questão social” atividades cotidianas. Tudo isto minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para atividades mancomunadas com o Estado e o empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2002, p. 13).

Radicalmente oposto ao conceito mistificador da Terceira Via, em Antonio Gramsci (2007) a sociedade civil é o palco de disputa pela hegemonia das classes fundamentais no campo econômico, e o *consenso* conquistado não seria fruto de uma homogeneidade social, de interesses comuns, mas, sim, de domínio político-ideológico de determinada classe social.

Para o marxista sardo, a sociedade civil se sobressai como o lugar onde se processa as funções de direção ideológica por meio do conjunto dos organismos privados de hegemonia, responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, como: organizações escolares, políticas, religiosas, de imprensa etc. (PORTELLI, 1977, p.31). Assim, refere-se à direção intelectual e moral que o grupo dominante exerce sobre o restante da sociedade (JESUS, 1989, p.52).

Com base nos autores supracitados, é possível dizer que discurso conciliador, baseado na harmonia da sociedade civil, postulado pela Terceira Via está obsoleto do ponto de vista do capital. Não mais responde ao imperativo de reprodução ampliada do sistema, em um contexto de crise estrutural. No atual contexto histórico, retoma-se o discurso neoliberal puro como a mais nova estratégia do capital para remediar os efeitos de sua crise estrutural, inclusive no campo da educação.

### **Considerações finais**

Neste trabalho objetivou-se analisar pressupostos da Terceira Via de Anthony Giddens nos documentos fundadores do Movimento Todos pela Educação. Foi possível mostrar que os empresários utilizaram o ideário de corresponsabilidade social entre Estado, mercado e sociedade civil para justificarem sua atuação direta na definição das políticas educacionais.

Apoiado nesses pressupostos, o TPE objetiva inserir nas escolas públicas a lógica de gerenciamento empresarial, estabelecendo metas a serem cumpridas a partir de avaliações externas de larga escala. Como observou Saviani (2007), na lógica do mercado, as famílias são clientes e os professores prestadores de serviços, que devem guiar sua atuação para o

cumprimento das metas estabelecidas. Esses são, em suma, como observa Freitas (2014), os parâmetros de *qualidade* educacional para os denominados *reformadores empresariais*.

No Brasil, no atual contexto histórico ganha força o discurso neoliberal puro – desprovido do revisionismo da Terceira Via, baseado no fortalecimento da democracia, da sociedade civil, etc. –, sustentando a defesa da política de ajuste fiscal, que restringe o financiamento da educação em todos os níveis e etapas (Emenda Constitucional nº 95/2016). No plano social mais amplo, flexibilizam-se ainda mais os contratos de trabalho (reforma trabalhista) e, para a previdência social, possuem a intenção de colocar mais barreiras para seu usufruto pelos trabalhadores.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais**. São Paulo: Todos pela Educação, 2006.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Um Brasil para Todos**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. Campinas (SP): Cortez, 1989.

LEHER, Roberto; EVANGELISTA, Olinda. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, nº 15, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/cWZtuZ>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento "Todos pela Educação"**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais** nº 8, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912/14066>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (Org.). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ESq9xp>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Pu9ra1>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/z7bxSa>>. Acesso em: 19 set. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos Pela Educação: 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras**. São Paulo: Todos pela Educação, 2012.

\_\_\_\_\_. **Todos pela Educação. Rumo a 2022**. São Paulo: Todos pela Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. **Todos Pela Educação: 2006-2009. Relatório de Atividades**. São Paulo: Todos pela Educação, 2009.

## SOBRE O AUTOR

### **Vinícius de Oliveira Bezerra**

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/FAED/PPGEdu). Licenciado em História pela UFMS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Campo Grande - MS). E-mail: [viniciusoliveira\\_08@hotmail.com](mailto:viniciusoliveira_08@hotmail.com).